

O ZONEAMENTO DO TERRITÓRIO USADO

Uma contribuição para o planejamento regional em áreas litorâneas no Brasil

*Wendel HENRIQUE**

Resumo

Este trabalho se constitui na realização de um zoneamento do território usado, este entendido como sinônimo de espaço geográfico, formado como um sistema indissociável, solidário e contraditório entre um sistema de ações e um sistema de objetos, de acordo com Santos (1999). A proposta de zoneamento, realizada a partir da categoria analítica paisagem, foi aplicada em um setor do litoral sul do Estado de São Paulo - Brasil, espaço que desde o início da colonização brasileira, no século XVI, vem sendo intensamente usado, e na atualidade pelo turismo. Foram delimitadas três grandes unidades ou zonas – científica, rarefeita e densa, definidas a partir de trabalhos de campo e produtos de sensores remotos. Desta forma, o zoneamento do território usado, como foi proposto, visa contribuir como um instrumento para o planejamento regional.

Palavras-chave: Território Usado, Zoneamento, Paisagem, Planejamento Regional

Abstract

Zoning of Used Territory

A contribution to regional planning in coastal areas in Brazil

This work is an application of a methodological proposal for the elaboration of a zoning of the used territory, understood as synonym of geographical space. Used territory is formed as an inseparable, solidary and contradictory system between a system of actions and a system of objects, in agreement with Santos (1999). Such proposal is based on the choice that Geography is a subject which provides theoretical, technical and empirical support. The zoning proposal, accomplished starting from the landscape as analytic category, it was applied in a section of the south coast of the State of São Paulo – Brazil. This space that since the beginning of the colonization, in the century XVI, it has been used intensely, now for the tourism. The field works were also important for the understanding of the local reality and with the information obtained through remote sensors (images and aerial pictures), they supplied data for the definition of the units or zones. Three great units or zones were delimited – scientific, rarefied and dense. This way, the zoning of the used territory, as it was proposed, it seeks to contribute as an instrument for the regional planning.

Key-words: Used Territory; Zoning, Landscape, Regional Planning.

* Doutorando em Geografia – IGCE/Unesp - Membro-fundador do Grupo de Estudos “Milton Santos” - Rua 10, 2527 Santana CEP 13500-230 Rio Claro/SP – Brasil
e-mail: wendelh@rc.unesp.br

INTRODUÇÃO

Os geógrafos, ao lado de outros cientistas sociais, devem se preparar para colocar os fundamentos de um espaço verdadeiramente humano, um espaço que una os homens por e para o seu trabalho, mas não para em seguida os separar em classes, entre exploradores e explorados; um espaço matéria inerte trabalhado pelo homem, mas não para se voltar contra ele; um espaço natureza social aberta a contemplação direta dos seres humanos, e não um artifício; um espaço instrumento de reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por uma outra mercadoria, o homem artificializado.

(SANTOS, 1978, p. 219)

Para o filósofo alemão Habermas (1997:106) “a força libertadora da reflexão não pode ser substituída pela difusão de um saber tecnicamente utilizável”. Neste sentido, surge este artigo, cujo objetivo é pensar uma outra forma de zoneamento, um zoneamento que ultrapasse os limites do ambiente e chegue ao cerne da possibilidade geográfica de explicação do Mundo, ou seja, que chegue ao espaço geográfico, este entendido como sinônimo de território usado.

Este aprofundamento se faz necessário, pois, ainda seguindo o pensamento de Habermas (1997), pode proporcionar uma libertação da superficialidade de algumas abordagens que têm dominado a discussão sobre o espaço, território, meio e paisagem. Uma leitura geográfica e uma reflexão geográfica buscam se contrapor a matematização do mundo, a mercantilização do cotidiano e o ambientalismo exacerbado que vê no homem apenas um “organismo destruidor”. A ação antrópica, muito em voga em alguns estudos geográficos é um exemplo da negação da possibilidade humana de construção social do mundo, pois toda produção do espaço implica numa substituição do meio natural por um meio técnico-científico-informacional, que vem acrescentar novas formas e conteúdos ao espaço, ou seja, construir e não simplesmente “destruir o meio ambiente”.

Esta leitura geográfica do território usado pela atividade turística na região litorânea, nossa base empírica, passa necessariamente pelos eventos e situações que, através dos sistemas técnicos, produzem formas —denominadas de paisagem— formas estas animadas por ações — conteúdos — que definem as formas e seu uso.

Mas, para entender o espaço enquanto totalidade é necessário partir de categorias de análise, que para Silva (1986, p. 27), possuem uma dupla determinação — lógica e ontológica — e são utilizadas conforme a visão de mundo, ou seja, conforme a postura filosófica. As categorias dão conteúdos aos conceitos, “a categoria define os modos de ser, enquanto o conceito define a idéia ou conjunto de idéias a respeito de alguma coisa ou fenômeno”.

Além disto, Silva (1986, p.27), salienta que “as categorias, são inicialmente, universais abstratos, que se transformam em universais concretos pela práxis”. No caso da geografia, as categorias analíticas relacionadas ao objeto desta ciência – o espaço geográfico - são, segundo Santos (1999), a paisagem, o lugar, a região e o território.

Silva (1986, p. 27), faz um alerta para que as categorias não sejam confundidas com conceitos, devendo-se “reservar o nome de categorias aos conceitos fundamentais”. Rosental e Straks (1962) apud Silva (1986, p. 27), afirmam que as categorias “refletem os aspectos mais gerais e essenciais da realidade, assim como os nexos e relações entre os objetos”.

Definimos para nosso trabalho a categoria analítica paisagem como possibilidade metodológica para a reflexão sobre um zoneamento do território usado. Entretanto, uma reflexão aprofundada precisa ir além da forma, da superficialidade da paisagem e ter o foco centrado no seu conteúdo, pois é este que dá sua significação.

A paisagem é um dado do espaço, um sistema material de objetos, e nessa condição, relativamente imutável. Já o espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente. O movimento do espaço e a substituição ou a renovação das formas é dado pelas ações dos homens e seus sistemas de idéias, as técnicas e suas filosofias.

O TERRITÓRIO USADO E SUA VALORIZAÇÃO PARA O TURISTA

Turistas, em seus veículos próprios ou em ônibus, chegam ao litoral sul paulista, espaço que marca o início e a intensa utilização do território brasileiro pelos portugueses no século XVI, e na última década do século XX (re) redescoberto, desta vez não pelo colono, mas pelo turista, cuja lógica de uso do território está baseada no consumo da paisagem e na transformação do morador local em força de trabalho.

Neste território usado¹ pelo e para o turismo o dinheiro compra o direito de usufruir a paisagem, a qual, segundo Santos (1999, p. 83-88) “é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza [...] a rigor, a paisagem

¹ “Território usado conduz a idéia de espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço. Trata-se do espaço de todos os homens, não importa suas diferenças; espaço de todas as instituições, não importa sua força; o espaço de todas as empresas, não importa o seu poder. Esse é o espaço de todas as dimensões do acontecer, de todas as determinações da totalidade social”. SANTOS et al. (2000, p.3)

é apenas a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão [...] quando a sociedade age sobre o espaço, ela não o faz sobre os objetos como realidade física, mas como realidade social, formas-conteúdo, isto é, objetos sociais já valorizados aos quais ela (a sociedade) busca oferecer ou impor um novo valor". Neste contexto, o espaço, entendido a partir da categoria analítica paisagem, ao ser selecionado, seleciona.

A especulação imobiliária valoriza a proximidade das paisagens notáveis, no caso brasileiro, principalmente as praias. Assim, os terrenos localizados nos primeiros 100 metros após a praia são os mais valorizados. No caso estudado, o litoral sul do estado de São Paulo, as comunidades de pescadores que viviam nestas áreas próximas ao oceano, pela facilidade de deslocamento das embarcações nas entradas e saídas da água, agora são, literalmente, expulsos e obrigados a erguer suas moradias e oficinas distantes da linha d'água.

Paralelamente, o novo valor turístico acrescido a paisagem, principalmente àquelas localizadas nas regiões litorâneas, implica numa concentração de grande número de pessoas e serviços na área, constituindo-se numa intensificação do uso do território, especialmente de suas bases materiais, que super exploradas são profundamente alteradas.

Constata-se que o turismo, o motor da utilização do território, se insere num projeto político de desenvolvimento econômico regional, baseado na utilização dos recursos do território e na seletividade social do seu uso, o que também gera um aprofundamento das desigualdades sociais e espaciais entre os turistas e a maior parte da população local.

A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BAIXO VALE DO RIBEIRA E OS SISTEMA DE AÇÕES DEFININDO USOS DO TERRITÓRIO

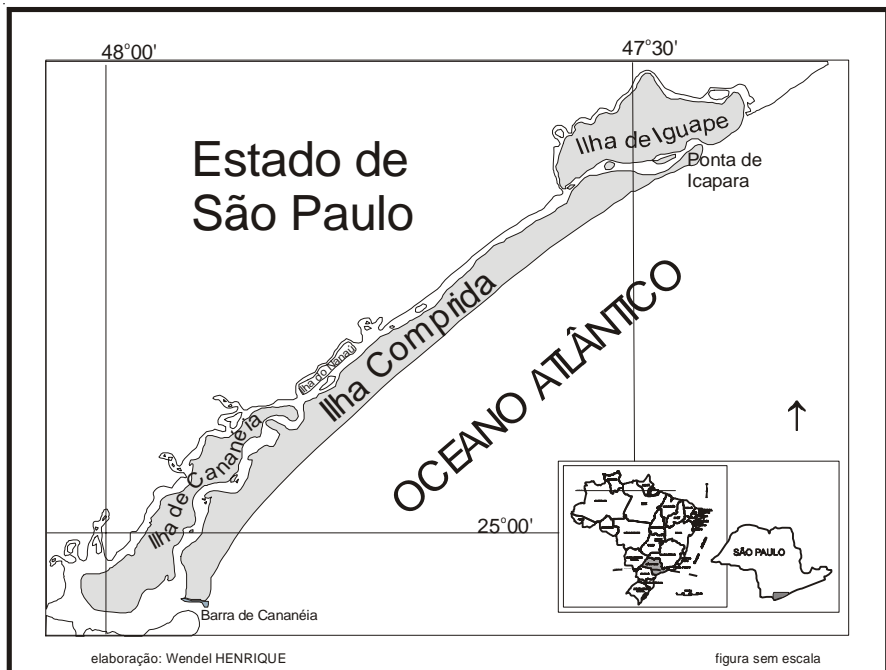
O zoneamento do território usado, a partir da categoria analítica paisagem foi realizado para uma área localizada na porção sul do litoral paulista, no baixo vale do Rio Ribeira de Iguape, compreendendo três ilhas – Cananéia, Iguape e Ilha Comprida (figura 1). Nestas ilhas ocorre atualmente uma aumento no grau de utilização dos recursos do território em função da atividade turística que se impõe sobre as especificidades espaciais, sociais e culturais da região. Nestas áreas se encontram áreas de proteção ambiental definidas por leis estaduais, que garantem, em tese, a preservação de maguezais e mata atlântica. Entretanto, não observamos o mesmo empenho do Estado na preservação do casario colonial, dos sambaquis das manifestações folclóricas e da cultura caiçara.

A colonização desta área é marcada pela construção de pequenos povoados, fundados pelos portugueses, no século XVI, originaram as cidades de Cananéia e Iguape, que constituíram-se como portas de entrada para o interior do território brasileiro.

Cananéia foi fundada em 1531, sendo importante ponto de controle da navegação nesta porção do litoral brasileiro, era também local de construção e reparo de embarcações, possuindo as bases materiais para o desenvolvimento de uma incipiente vida comercial.

O povoamento da região de Iguape remonta ao ano de 1538. Seu nome é oriundo do tupi-guarani: Y de água e Guapé (ou Aguapé), que significa “vegetação de água parada”. A região era de interesse para portugueses, indígenas, franceses e espanhóis, o que ocasionou intensas lutas pela sua posse.

Figura 1 - Localização do Baixo Vale do Ribeira de Iguape/SP



Em Cananéia, segundo São Paulo (1992), uma pequena produção agrícola de subsistência abastecia a população local, o que a difere de Iguape, onde os habitantes eram mantidos pelo comércio e extração de ouro. Curiosamente, a Oficina Real de Fun-

dição de Ouro, considerada a primeira Casa da Moeda do Brasil, foi aberta em Iguape, isto era 1635. O ouro aí fundido era proveniente da região do Alto Vale do Ribeira, mais precisamente de Eldorado.

O arroz, foi o produto agrícola responsável pelo impulso de crescimento econômico na região do baixo vale do rio Ribeira de Iguape, o que ocasionou um aumento das densidades populacionais e, conseqüentemente, das densidades do território. De acordo com São Paulo (1992), no século XVIII, Iguape ocupa a posição de maior produtor nacional de arroz. Entretanto, a exploração comercial do arroz também foi responsável pela substituição da vegetação de mangue em grande parte de sua extensão territorial, uma vez que seu cultivo ocorreu em terrenos de planície flúvio-marinha, onde ocorria a referida vegetação nativa. A escolha destas áreas para a plantio do arroz deve-se não apenas a presença de condições de hidromorfia (presença constante de água), inerentes a este tipo de forma de relevo, mas também é fruto da incompreensão do colonizador a este tipo de ecossistema, considerado-o totalmente insalubre. Infelizmente esta incompreensão se mantém até os dias atuais.

Outra ação que transformou as características espaciais da área foi a abertura do canal do Valo Grande, iniciada em 1805 e concluída em 1852, segundo relatórios da GEOBRÁS S.A. (1966), ligando o Mar Pequeno ao Rio Ribeira de Iguape, onde funcionava o porto fluvial de Iguape. Este canal até hoje é um grande problema aos ecossistemas da área.

A intenção desta obra foi facilitar o escoamento da produção de arroz e conseqüentemente, reduzir o valor do transporte. Com a maior conexão de águas fluviais e marinhas, propiciado pelo Valo Grande, verificou-se que a produção pesqueira na área de mangue foi reduzida drasticamente devido as mudanças no teor salino e do potencial hidrogenético (Ph) da água, conforme explica São Paulo (1992).

Segundo GEOBRÁS S.A. (1966), de 1852, data do término da construção do Valo, até 1970, a águas fluviais vinculadas ao Valo, atuando sobre os sedimentos arenosos altamente friáveis do terraço marinho, onde encontra-se o sítio urbano de Iguape, alargou o canal do Valo Grande, fazendo com que a largura atingisse 300 metros, ou seja 295 metros a mais do que sua largura inicial. Em função da ação desta dinâmica erosiva alguns setores do sítio urbano de Iguape foram destruídos.

Em 1978, de acordo com São Paulo (1992), visando, entre outras, a minimização desta dinâmica, foi edificada uma barragem que controla o fluxo do Valo Grande, e com isto houve condições propícias à diminuição da ação erosiva. Com este procedimento a carga de sedimentos foi reduzida, aumentando também a salinidade e a transparência da água, permitindo o restabelecimento da vegetação e da ictiofauna, sendo novamente encontrados vários espécimes de peixes marinhos no Mar Pequeno.

Avanta-se a hipótese que o fato desta área encontrar-se relativamente preservada do ponto de vista ambiental se deve ao fato da dificuldade de acesso. Esta região

concentra grande parte das reservas de mangues preservados do Estado de São Paulo, bem como uma grande área contígua de Mata Atlântica, representada pela Áreas de Proteção Ambiental (APAs) da Juréia, Cananéia/Iguape e Ilha Comprida.

Com relação às condições da população residente nesta área destaca-se os problemas relacionados a sua marginalização, decorrente dos processos de migração rural/urbana, falta de infra-estrutura, precariedade sanitária e de saúde, alta mortalidade infantil, falta de documentação das terras e terrenos, forte concentração de grileiros, fraca política de reforma agrária e de assentamentos rurais.

Estas dificuldades de circulação entre o baixo vale do Ribeira e o restante do estado, manteve-a alheia ao desenvolvimento econômico-industrial de outros pontos de São Paulo, bem como não foi observado a intensificação da atividade turística, como a presente na super explorada Baixada Santista. Assim, torna-se a região mais pobre do estado e, do ponto de vista social, a decadência econômica do Baixo Vale do Ribeira, por décadas ocasionou a emigração de parte de sua população.

A população local (tabela 01), de acordo com dados de São Paulo (1992), vive do potencial madeireiro da área, da extração do palmito, da turfa, da areia e do turismo. A pesca é a ocupação para 25% da população. São produzidas 5 mil toneladas de peixes (tainha, corvina, robalo e sardinha) e ostras. Na agricultura são produzidos arroz e banana e a pecuária é destaque na criação de búfalos. A região concentrou grande quantidade de imigrantes japoneses que no início do século XX chegaram ao Vale do Ribeira, iniciando a produção de ervas para chá.

Tabela 1 - População dos municípios de Iguape, Cananéia e Ilha Comprida

Ano	Município	Iguape*	Cananéia	Ilha Comprida
1950		15.093	5.842	
1960		15.457	6.973	
1970		19.174	6.090	
1980		23.363	7.734	
1996		26.052	9.591	3.434
2000		27.343	12.172	6.608

Fonte: IBGE (www.ibge.gov.br)

* Inclui Ilha Comprida até 1992.

Até 1992 a Ilha Comprida estava vinculada aos municípios de Iguape e Cananéia, sendo a partir daquela data elevada à condição de município, o qual abrange a área total da ilha de mesmo nome, constitui-se em uma ilha barreira com face oceânica de aproximadamente 74 Km de comprimento e largura variando de 625 m a 5,37 Km.

A ilha está separada do continente pelo Mar Pequeno ou de Iguape e pelo Mar de Cananéia, sendo que esta face interna ou continental apresenta 80 Km de comprimento. Pelas características dos ecossistemas ali encontrados, a Ilha Comprida, através do Decreto No. 26.881/87, do Governo do Estado de São Paulo, foi considerada como Área de Proteção Ambiental (APA).

A partir dos anos 80, com a crescente poluição e super lotação das praias da Baixada Santista, dois vetores de expansão são identificados: enquanto a população de maior poder aquisitivo passa a usar as praias do Litoral Norte, a população de menor renda busca o sentido contrário, o Litoral Sul, e assim suas amplas praias transforma-se em redutos da especulação imobiliária.

A atividade turística é a nova força propulsora do desenvolvimento regional, mas o aspecto destrutivo e predatório observado em outros setores da costa paulista é repetido, embora em menor escala no litoral sul. Este processo está amplamente vinculado aos “empreendimentos imobiliários”, onde grande parte dos terrenos, relacionados às áreas de proteção ambiental, são loteados, assim como áreas de risco.

O turismo recoloca a região estuarina-lagunar de Cananéia-Iguape no cenário paulista. Entretanto convém alertar para o fato de que por um lado este novo impulso desenvolvimentista pode ser a solução dos problemas econômicos da região, por outro pode ser sua descaracterização ponto de vista cultural e espacial, se modelos de ocupação, “importados” de outros lugares forem aí impostos, sem que sejam consideradas as características inerentes a área, ou seja, as especificidades espaciais, históricas, sociais e culturais do lugar.

Além disto, neste setor do território paulista, estão concentrados os maiores resquícios de Mata Atlântica e de manguezais, como também concentra-se aí a população mais pobre do Estado. A riqueza “natural” e cultural, presentes nas manifestações folclóricas e no casario colonial, é o atrativo vendido ao turista, enquanto que a população local é induzida a acreditar que o turismo, nos moldes como está sendo praticado, é a saída para seus problemas econômicos.

Dialeticamente, as qualidades das bases materiais do território que possibilitaram a definição política desta região litorânea como Áreas de Proteção Ambiental (APAs), com toda uma legislação, que em tese iria determinar a ocupação da região, não tem sido eficaz na preservação e conservação de áreas de interesse ecológico e muito menos naquelas de grande valor cultural e histórico (caso dos sítios arqueológicos).

Estudos empíricos realizados na área aqui enfocada, indicam forte influência do Poder Público na implantação de uma atividade turística, visando apenas o aumento da arrecadação.

Em 1996, Henrique efetuou o diagnóstico e o monitoramento ambiental da Ilha Comprida, para os anos de 1962, 1973, 1991 e 1996. Neste trabalho o autor, concluiu que pelas próprias características das bases materiais do território, onde se assentam as

edificações urbanas, estas áreas não deveriam ser apropriadas para o uso urbano, pois além de desrespeito a legislação vigente, apresentam forte instabilidade para as construções e aparelhos urbanos, relacionados a processos erosivos e constantes alagamentos.

A litologia inconsolidada da planície litorânea exige a construção de fundações mais profundas e resistentes. Esta exigência nem sempre é atendida, não apenas em Ilha Comprida, como também nas ilhas de Cananéia e de Iguape, face o aumento dos custos das edificações. A infra-estrutura também é problemática, não havendo sistema de coleta e de tratamento de esgotos, apenas fossas sépticas; a pavimentação e a rede de água tratada são insuficientes. Estas questões que “restringem” o conforto do turista, têm possibilitado a manutenção de alguns nichos de áreas preservadas. Mas investimentos em massa vinculados aos setores público e privado vêm alterando esta situação.

Além disto, devido a ação das correntes marítimas Henrique (2000), constatou que a Ilha Comprida apresenta um crescimento médio, em área, no setor Nordeste, de aproximadamente 50 metros ao ano. Concomitantemente, a ilha de Iguape apresenta um recuo erosivo da mesma ordem. Este fato constitui uma das principais características do processo de ocupação destas áreas, pois implica em áreas de risco para a intensa ocupação.

OS SISTEMA DE OBJETOS NO TERRITÓRIO USADO, BASES PARA UM ZONEAMENTO

Como nos ensinam Santos et al. (2000, p. 03) “ a riqueza da geografia como província do saber reside, justamente, no fato de que podemos pensar, a um só tempo, os objetos (a materialidade) e as ações (a sociedade) e os mútuos condicionantes entretecidos com o movimento da história”.

Como já mencionamos na primeira parte deste artigo, na área estudada, o sistema de ações, estão ligados aos empreendedores imobiliários e ao poder público, vinculados ao turismo, e se encontram materializadas no espaço, expressas através de loteamentos, avenidas, condomínios, ou seja, obras de grande transformação espacial.

Entretanto a definição de um zoneamento, de qualquer natureza, implica na definição de limites a partir de uma base material ou física. Desta forma, para a compreensão dos sistema de objetos - base material - que participa do espaço no litoral sul paulista – Cananéia, Iguape e Ilha Comprida (Complexo Estuarino Lagunar de Cananéia-Iguape), utilizamos a categoria analítica – paisagem – abordada em sua materialidade enquanto forma-conteúdo.

O entendimento analítico da paisagem foi realizado a partir de trabalhos de campo e da elaboração e análise de um mapa geomorfológico e de um mapa de uso do território. Foram utilizadas imagens orbitais TM-Landsat (1997), HRV-SPOT (1995) e pares estereoscópicos de fotografias aéreas na escala 1:25.000 (1962, 1974 e 1991).

Desta forma, forma definidos, grandes conjuntos paisagísticos, que formam a base material para o zoneamento do território.

Terraços

Os terraços são uma superfície horizontal ou suavemente inclinada com poucas ondulações, abrangendo a maior superfície na área de estudo, apresentando-se em dois níveis altimétricos - 3 e 7 metros, recoberto em alguns pontos com vegetação de restinga.

Vale ressaltar, que as áreas dos terraços são aquelas onde se materializa o sistema de ações, pois praticamente todas as construções quer residenciais quer comerciais, relacionadas aos núcleos urbanos principais de Iguape, Cananéia e Ilha Comprida, encontram-se sobre estes terrenos. Nestes terraços, a presença de serviços públicos de infra-estrutura é mais pronunciada, constatando-se em alguns pontos a presença de redes de água e de esgoto, além do calçamentos das principais vias de circulação. Outro tipo de ação relacionada á esta unidade é a extração de areia, utilizada basicamente para terraplanagem dos terrenos alagadiços, objetivando a construção de novos prédios, e/ ou a abertura de novas ruas ou loteamentos.

Planícies e Manguezais

São terrenos topograficamente rebaixados, sendo que em áreas litorâneas recebem a inundações provocadas pelas marés, duas vezes ao dia. Na maré de vazante, as águas ao refluírem, criam no terreno uma série de canais e capilares anastomosados. Na maré cheia, a entrada das águas marinhas ocorre através de canais mais largos, com fluxos variáveis e sem grande intensidade. Nesta unidade são encontrados os manguezais.

Praias

As praias, ou planícies marinhas, são formadas pela deposição de sedimentos, efetuada pela ação marinha, através das correntes de deriva litorânea, das marés e das ondas.

Na Ponta de Icapara, na Ilha Comprida, esta planície apresenta-se extremamente dinâmica, com alternância de processos deposicionais e erosivos, onde observa-se a

sua progradação constante, em detrimento da erosão da margem da Ilha de Iguape. Convém salientar que entre 1966 e 1991, a Ponta de Icapara cresceu aproximadamente 1,5 Km, segundo Henrique (1996).

Entretanto, numa antiga vila de pescadores, a erosão marinha foi responsável pelo recuo de aproximadamente 100 metros do terraço marinho, numa faixa de 500 metros de extensão. Na tentativa de bloquear a ação de tais processos erosivos, a Prefeitura do Município, construiu uma barreira formada por sacos de rafia cheios de areia, os quais foram posicionados preferencialmente em perpendicular à linha de costa. Tal procedimento pode ser considerado eficiente desde que haja manutenção constante, o que não ocorreu. Muitos dos sacos colocados foram total ou parcialmente destruídos pelo mar.

A danificação e soterramento dos sacos pela ação marinha, ocorreu em menos de 6 meses após a colocação da barreira, segundo um morador do local cuja casa corria o risco iminente de ser destruída. A Prefeitura plotou os sacos no final de 1995, e em março de 1996, estes sacos já se encontravam danificados, conforme salienta Henrique (1996). HOJE verifica-se a continuidade do processo, com os sacos de areia totalmente destruídos, facilitando a erosão.

Dunas

As dunas observadas no litoral sul de São Paulo, constituem-se em depósitos recentes e atuais, constituídos por areia fina a muito fina inconsolidada. A face a sotavento é muito abrupta, em determinados pontos, por causa da evolução das mesmas, sendo as areias 'empurradas' para trás. A vegetação age como um importante agente fixador da areia, o que pode dificultar a ação de transporte efetuada pelo vento. Em muitos casos, as dunas ainda estão muito ativas, principalmente pela escassez de vegetação fixadora, que em muitos casos foram retiradas para a abertura de loteamentos e arruamentos, desrespeitando a legislação existente.

Várzea

Esta área, encontrada na Ilha de Iguape, se constitui nas margens do Rio Ribeira de Iguape, com largura média de 30 metros, podendo chegar até a 100 metros, sendo recobertas por uma vegetação típica de várzeas.

A várzea do Rio Ribeira de Iguape é utilizada por comunidades de pescadores como local de manutenção e atracagem de embarcações. Há também pontos de venda de camarões de água doce (pitus), usados como isca para a pesca. Estes terrenos também são utilizados pela comunidade local para o cultivo de arroz, habitação e em alguns trechos era comum a retirada de areia, utilizada na construção civil e na terraplanagem.

O ZONEAMENTO DO TERRITÓRIO USADO

O zoneamento do território usado que propomos busca a integração entre os sistema de objetos e o sistemas de ações que constituem o espaço geográfico, assim, nossa proposta de zoneamento, é uma proposta geográfica.

As unidades de zoneamento foram definidas sobre as bases materiais do território entendidas a partir da paisagem, sendo consideradas em conjunto as características sociais, culturais e históricas da região, visando uma ocupação solidária da área, manutenção de seu ambiente e, principalmente, a manutenção das condições de vida – econômicas, culturais, espaciais e sociais - da população local, tão ameaçada pelo avanço do turismo.

A nomenclatura de cada unidade ou zona – científica, rarefeita e densa - foi definida a partir das considerações de Santos e Silveira (2001, p. 260), pois

o território brasileiro inclui zonas de densidade e zonas de rarefação, em toda uma gama. A cartografia tradicional enfatizava a densidade demográfica, isto é, a densidade dos homens, ainda que este cálculo aritmético pudesse esconder a importância das nucleações e, segundo as escalas adotadas, as diferenças entre subáreas. Na realidade, o exame do território permite referir seja as densidades das coisas naturais (por exemplo, florestas, vegetação, forma de relevo, etc.) e das coisas artificiais seja as próteses acrescentadas à natureza. O território mostra diferenças de densidades quanto às coisas, aos objetos, aos homens, ao movimento das coisas, dos homens, das informações, do dinheiro e também quanto às ações.

ZONA 01 – USO RESTRITO OU CIENTÍFICO

Áreas que apresentam risco a ocupação, que possuem importante papel no equilíbrio ecológico, áreas de alto valor histórico, como os sambaquis, bem como aquelas protegidas por legislação própria. Desta forma, a partir dos conjuntos paisagísticos, são incluídos: as planícies e manguezais, as dunas, as desembocaduras lagunares de Cananéia, Icapara e do Rio Ribeira de Iguape, as áreas cuja declividade ultrapassa 45o, setores de terraço com presença de sambaquis.

Esta zona é definida como restrita e de uso científico.

A proposição para esta área é que seu uso seja restrito as atividades de pesquisa e ensino.

ZONA 02 – USO CONTROLADO OU RAREFEITO

Integram esta zona as seguintes unidades ou setores: várzea, praias e setores de terraço com presença de lagoas.

Devido a presença das oficinas de embarcações dos pescadores e moradia das comunidades locais, esta área fica definida como de uso rarefeito, assegurando a permanência destas comunidades em seus locais tradicionais e coibindo o adensamento do uso desta zona.

As proposições de uso para esta zona são:

1) Recreação - infra-estrutura básica para suporte (vias de acesso, sanitários, bebedouros, quiosques), quadras para práticas de esportes de areia (futebol, vôlei).

2) Promoção da agricultura familiar.

Espera-se que tais medidas contribuam a manutenção da cultura e das características sociais da área e ao assentamento de famílias carentes, que desta forma, não seria obrigadas a se tornarem empregados nas segundas residências dos turistas nem viver do sub-emprego – vendedores ambulantes.

ZONA 03 – USO DIRIGIDO OU DENSO

São as unidades que já possuem ocupação estabelecida, e que de forma planejada e dirigida podem ser utilizadas com graus variáveis de densidade. Salientamos que não somos contra o estabelecimento de pólos turísticos na região, o problema é quando eles se impõem sobre o local sem considerar suas características próprias e ‘atropelando’ as populações locais sem oferecer-lhes possibilidades que não sejam o trabalho no turismo. Além disto, em algumas áreas a atividade turística já está estabelecida.

Nas áreas urbanas de Cananéia e Iguape, devido a maior estruturação dos aparelhos urbanos, as restrições quanto a ocupação são menores, contudo observa-se problemas de escoamento de águas pluviais e subsidência do solo, em ambas as cidades. Na Ilha Comprida, devido a topografia, extremamente plana, é dificultada a construção de redes de abastecimento d’água e de coleta de esgotos, sendo que a inexistência desta última, aliada a permeabilidade do solo, possibilita sua contaminação e das águas.

Ficam assim estabelecidas as seguintes recomendações:

1) Áreas destinadas aos usos urbano, agrícola e turístico. Salientamos a necessidade de respeitar o patrimônio cultural e histórico.

2) Promover a agricultura familiar nas colônias de pescadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propor uma abordagem geográfica de um zoneamento do território usado, o qual está, no caso brasileiro centrada em sua utilização desigual e combinada, implica no entendimento do espaço dentro da proposta do Professor Milton Santos, ou seja, como um sistema indissociável, contraditório e solidário entre um sistema de objetos e um sistema de ações.

Muitos estudos sobre a questão da ocupação do território brasileiro no período atual, têm apenas se debruçado sobre as formas/paisagens, esquecendo-se do sistema de ações que rege o uso destas formas, realizando apenas a localização de dados e fatos. Neste sentido, alerta Santos (1997, p. 40), “é preciso fazer claramente a diferença entre aqueles que apenas dão importância às formas, estudando assim o espaço em si mesmo – são só ‘espacialistas’ – e aqueles que procuram analisar o espaço nas suas relações com a sociedade – isto é, através dos processos sociais, das funções e das formas – são os ‘espaciólogos’.”

Entretanto, como salienta Kopnin (1972, p. 7), para que se mude a visão é preciso, primeiramente olhar o passado, analisar os conceitos, os métodos e as teorias de determinada ciência ao longo da história. É preciso “aprender e analisar o processo de desenvolvimento da ciência em todas as suas multivariadas relações e interconexões”.

Assim, se torna necessária uma ‘démarche’ epistemológica, para recuperação do cabedal teórico-conceitual da Geografia. Além disto, sugerimos uma dupla determinação – a reflexão teórica e a prática do trabalho de campo - pois ao adotar uma abordagem excluindo totalmente a outra, pode levar-nos a repetir o passado (empirismo), ou restringir o presente a uma teorização descontextualizada. Moraes e Costa (1987), explicam que não é possível apenas uma ‘guerrilha epistemológica’. À crítica do tecnicismo deve ser acrescida uma postura de avanço do conhecimento geográfico, para não cair-se naquilo que foi definido pelos autores, como ‘autofagia da crise’.

Esta proposta de zoneamento do território usado é um campo novo, uma outra possibilidade de zoneamento que contemple ao mesmo tempo os objetos (naturais ou artificiais) e a sociedade, uma contribuição da Geografia ao processo de produção e uso do espaço. Desta forma, não apresentamos aqui resultados definitivos, mas sim, o resultado inicial de uma reflexão teórica sobre uma base empírica, realizada a partir de nossa dissertação de mestrado.

Acreditamos que ao ultrapassar o zoneamento ambiental propondo um zoneamento do território usado estamos no âmbito de uma questão de método, que se insere numa tentativa de combater uma divagação conceitual – uma sub-utilização de conceitos – cujo resultado é o escamoteamento das desigualdades entre as quantidades e as qualidades dos territórios e no seu uso.

Pensar o espaço geográfico enquanto “meio ambiente” é uma forma de naturalizar os processos sociais e naturalizar a exploração e as desigualdades sociais. Desta

forma, é necessário pensar a produção e utilização de conceitos em consonância com os usos do território e sua formação sócio-espacial.

REFERÊNCIAS

- GEOBRÁS S.A. **Complexo Valo Grande, Mar Pequeno, Rio Ribeira de Iguape**. São Paulo: GEOBRÁS S.A., 1966. v. 1.
- HABERMAS, J. **Técnica e Ciência como Ideologia**. Lisboa: Edições 70, 1997. ?f.
- HENRIQUE, W. **Diagnóstico e monitoramento ambiental da Ilha Comprida - SP**. Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, 1996.
- _____. **Zoneamento ambiental: uma abordagem geomorfológica**. Dissertação (Mestrado em Geografia área de concentração em Organização do Espaço) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, 2000.
- KOPNIN, P.V. **Fundamentos lógicos da ciência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- MORAES, A.C.R.; COSTA, W.M. **A valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1987.
- SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SANTOS, M; SILVEIRA, M.L. **O Brasil: território e sociedade no Início do Século XXI**. São Paulo: Record, 2001.
- SANTOS, M. et al. **O Papel Ativo da Geografia: um manifesto**. São Paulo: Laboplan/Depto. de Geografia/USP, 2000.
- SÃO PAULO (Estado). **Programa de educação ambiental do Vale do Ribeira**. São Paulo: Secretaria de Educação/Secretaria de Meio Ambiente, 1992.
- SILVA, A.C. As categorias como fundamentos do conhecimento geográfico. In: SANTOS, M; SOUZA, M.A.A. (Orgs). **O Espaço Interdisciplinar**. São Paulo: Nobel, 1986. p.25-37.

Recebido em julho de 2001.

Aceito em agosto de 2001.